

Oi, tudo bem? Setembro foi um mês de trabalho duro: conseguimos rejeitar o projeto que visava aumentar a arrecadação com IPTU na cidade.

Além deste episódio, há outros acontecimentos importantes do mês que desejo que você fique por dentro.

Abraço, **Felipe Camozzato**

CONVITE - EXPOSIÇÃO "2 OLHARES SOBRE CUBA"

Hoje, 10 de setembro, você é nosso convidado especial para viajar a Cuba: estamos promovendo uma mostra que terá na sua abertura a exposição das fotos comentadas pelos dois fotógrafos participantes, além de uma fala da minha chefe de gabinete, Ana Dal Ben, dando o contexto histórico da Revolução Cubana.

Entre tantas opiniões acaloradas a respeito da ilha comandada pelos irmãos Castro, dois fotógrafos, Cristiano Bauce e Bruno Lopes, vão até o âmago do regime para registrar a elegância da arquitetura clássica ao mesmo tempo em que seu povo vive uma realidade de miséria e falta de liberdade.

Enquanto Cristiano focou na cidade e na arquitetura, Bruno Lopes apresenta a vida cotidiana, contando como funcionam açougues, farmácias e padarias geridas pelo regime. *A exposição ficará aberta ao público até o dia 20 de outubro.



COMPROMISSO DA QUOTA BÁSICA MENSAL (QBM)

Sabe da promessa de gastar menos do que **R\$ 2.000,00** da Quota Básica Mensal a que me comprometi, não? Neste mês, o gasto da Quota foi de **R\$ 726,29**. Mais do que isso, o gabinete **#SomosAMudança** já economizou aos cofres públicos entre QBM (material de escritório, telefone, diárias, etc.) e cargos não nomeados **R\$ 252.000,00** do seu dinheiro. Logo abaixo estão os gastos do mês, **para conferência:**

DESCRIÇÃO DO ITEM	TOTAL REALIZADO
TELEFONE FIXO	R\$ 113,70
TELEFONE MÓVEL 1 E 2	R\$ 57,97
CÓPIAS E IMPRESSÕES	R\$ 27,04
CORREIO	-
QUILOMETRAGEM	R\$ 422,65
MATERIAL DE EXPEDIENTE	R\$ 17,83
JORNAIS (ONLINE)	R\$ 87,10
SERVIÇOS DE SOFTWARE	-
TOTAL	R\$ 726,29

VOTAÇÃO DO PROJETO DO IPTU

O projeto que a prefeitura chamava de "IPTU Real" e cuja intenção era fazer "justiça tributária", na verdade aumentava o imposto para quase 60% da população e elevava a arrecadação em R\$ 300 milhões nos próximos 4 anos. A base do projeto era a revisão da planta genérica de valores, que calcula o valor do IPTU dos imóveis. É verdade que há distorções, por isso, apresentei a emenda "Fator de Teto de Arrecadação". Assim, os ajustes poderiam ser feitos sem aumento do total arrecadado. Infelizmente, ela não foi aprovada.

Votei contra o projeto, que foi rejeitado. Em tempos de crise, com milhares de imóveis vazios para locação, lojas fechando, passar a conta da má gestão do poder público para o cidadão pagar, que já tem uma carga tributária de em torno de 40% do PIB, é inaceitável. Veja o discurso que fiz ao ser rejeitado o projeto na Câmara: <http://bit.ly/2wFZWgk>

MAIS CICLOVIAS SEM GASTAR O SEU DINHEIRO

Neste mês, assumi durante minha licença não-remunerada o vereador suplente do NOVO e meu assessor de comunicação, Fabrício Lunardi. Durante o ínterim, ele protocolou o projeto de lei "Abraça Uma Ciclovia", que prevê a parceria entre empresas e o poder público para a construção, manutenção de ciclovias em Porto Alegre e a instalação de equipamentos urbanos destinados aos ciclistas. Tudo sem custos ao pagador de impostos. Abaixo, uma imagem ilustrativa, feita pela Bertussi

Design, mas que já demonstra as possibilidades que se criam, caso o projeto seja aprovado.

ALTERNATIVA PARA REDUZIR A TARIFA

Além do projeto citado acima, Fabrício também propôs uma indicação para que seja revisto, repensado e ampliado os espaços de publicidade interno e externo no sistema de transporte coletivo de Porto Alegre. A ideia é que com a receita decorrente do aluguel desses espaços, a tarifa seja reduzida. Além disso, indicou que sejam instalados mapas dos trajetos de cada linha no interior dos ônibus - da maneira como já acontece em metrô de outras metrópoles - custeados pelo respectivo anunciante.

FREPED APOIA A DESBUROCRATIZAÇÃO DAS PODAS URBANAS

A Freped, Frente Parlamentar do Empreendedorismo e da Desburocratização que lidero, promoveu um evento aberto ao público para tratar sobre um tema muito caro aos porto alegrenses: as podas urbanas. A falta de agilidade nesse serviço gera problemas para indivíduos e empresas, como falta de luz, risco à integridade física das pessoas e clientes, além do dano ao patrimônio construído por esses cidadãos. O projeto de lei é do Ver. Moises Barbosa e deve ser votado na próxima semana. Ele estabelece que, uma vez solicitada a poda e atendidas as exigências técnicas, a SMAMS terá **o prazo de 90 dias** - o qual emendei para que seja de 30 dias e 2 dias em casos de urgência – para responder ao solicitante. Caso o prazo seja descumprido, quem fez o pedido terá autorização prévia para executar a solicitação, desde que tenha o requerimento e o laudo técnico com ART de profissional competente.

Após excedido o prazo, a SMAMS poderá realizar uma fiscalização e, se necessário, efetuar a multa, assim como requerer a compensação vegetal.

Para ler o projeto na íntegra: <http://camarapoa.rs.gov.br/processos/131177>



